

Os refugiados sob o olhar da filosofia e da educação

6

Refugees under the look of philosophy and education
Refugiados bajo la mirada de la filosofía y de la educación

DOI: 10.18226/21784612.v22.n1.06

Darcísio Natal Muraro*

Resumo: O objetivo deste trabalho é abordar o caso dos refugiados como atividade filosófica e educacional. A questão colocada para debate é a seguinte: A filosofia tem algo a dizer acerca dos refugiados? Em que base uma educação pode evitar a repetição da experiência de refugiado? O procedimento de análise adotado consiste na metodologia de caráter bibliográfico. Para resgatar aspectos da experiência dos refugiados utilizamos, de início, uma poesia que alavanca a possibilidade de tratar o próprio conceito *refugiado* a partir de uma experiência empática com o seu grito no contexto da experiência da barbárie. Para nos aproximarmos do conceito de *refugiado* e identificar a dimensão e gravidade do problema, usamos dados organizados pelas Nações Unidas e estudos sobre o tema. Em seguida, optamos pela análise do conceito, referenciados no pensamento de Adorno como forma de penetrar, compreender e buscar alternativas diante dos problemas colocados. Nesse sentido, exploramos o conceito de Auschwitz como razão bárbara, experiência anticivilizatória e desumana e a alternativa proposta pelo autor na forma de educação para a emancipação pessoal e social por meio de reflexão e esclarecimento como base para o processo democrático e desbarbarizador. Na perspectiva de Adorno, uma pedagogia democrática se funda na reflexão crítica, no processo e na elaboração do passado e dos acontecimentos de nossa história. Ela é caminho para esclarecimento, para autonomia e emancipação. É a resistência a Auschwitz, à redução, à barbárie, ao totalitarismo, ao caráter manipulador, ao fetiche da técnica, à consciência coisificada, reificada. Educação como emancipação permanente requer a

* Doutor em Educação. Professor no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina– Londrina – Paraná. *E-mail:* dmuraro@uel.br

realização de experiências em que a autoridade se conjuga com liberdade, esclarecimento e *práxis* democrática.

Palavras-chave: Refugiados. Filosofia. Ensino. Experiência. Emancipação.

Abstract: The aim of this study is to discuss the refugee problem as a philosophical and educational activity. The question for discussion is the following: philosophy has something to say about the refugees? On what basis an education can prevent a repetition of the *refugee* experience? The analysis procedure adopted consists of the bibliographic methodology. To rescue aspects of the refugee experience we use, at first, a poetry that leverages the possibility of treating the concept of *refugee* itself from an empathic experience with the scream in the context of the experience of barbarism. To approach the concept of refugee and identify the extent and seriousness of the problem use of data organized by the United Nations and on studies on this topic. Then we chose for the concept analysis referenced in the thought of Adorno as a way to penetrate, understand and seek alternatives to the problems posed. It explores the concept of Auschwitz as barbarian reason, anticivilizatory and inhuman experience and the alternative proposed by the author in the form of education for personal and social emancipation through reflection and clarification as the basis for the democratic process and disbarbarization. In the adornian perspective, a democratic pedagogy is based on critical reflection on the process and development of the past and the events of our history. It's path to enlightenment, for autonomy and emancipation. It is the resistance to Auschwitz to the reduction to barbarism, totalitarianism, the character manipulator, the technical fetish, the thingified, reified consciousness. Education as a permanent emancipation requires conducting experiments in which the authority is coupled with freedom, enlightenment, democratic *práxis*.

Keywords: Refugees. Philosophy. Teaching. Experience. Emancipation.

Resumen: El objetivo de este trabajo es abordar el problema de los refugiados como actividad filosófica y educativa. La pregunta para el debate es: ¿la filosofía tiene algo que decir acerca de los refugiados? ¿Sobre qué base la educación puede prevenir una repetición de la experiencia de refugiados? El procedimiento adoptado consiste en la metodología de carácter bibliográfico. Para recuperar aspectos de la experiencia de los refugiados utilizamos, inicialmente, una poesía que aprovecha la posibilidad de tratar el concepto de *refugiado* desde una experiencia empática con su grito en el contexto de la experiencia de la barbarie. Para nos acercarnos al concepto de *refugiado* e identificar la dimensión y la gravedad del problema utilizamos

datos organizados por las Naciones Unidas y los estudios sobre el tema. Entonces decidimos el análisis del concepto que se hace referencia en el pensamiento de Adorno como una manera de penetrar, comprender y buscar alternativas frente a los problemas planteados. En este sentido, se analizó el concepto de Auschwitz como razón barbara, anticivilizatória y experiencia inhumana y la alternativa propuesta por el autor en la forma de educación para la emancipación personal y social a través de la reflexión y la iluminación como la base para el proceso democrático y desbarbarizador. Desde la perspectiva de Adorno, una pedagogía democrática se basa en la reflexión crítica en el proceso y preparación del pasado y los acontecimientos de nuestra historia. Ella es camino a la iluminación, a la autonomía y a la emancipación. Es la resistencia de Auschwitz, a la reducción a la barbarie, al totalitarismo, al carácter controlador, al fetiche del arte, a la conciencia coisificada, reificada. Educación como una emancipación permanente requiere la realización de experiencias en que la autoridad que va junto con la libertad, la iluminación, la praxis democrática.

Palabras clave: Refugiados. Filosofía. Enseñanza. Experiencia. Emancipación.

Os meios de comunicação nos apresentam diariamente notícias com imagens impactantes da barbárie humana, tratada como “crise humanitária” que aflige milhares de pessoas, famílias, comunidades, cidades inteiras que se encontram na condição de refugiados. O problema é relatado num discurso que se restringe a apresentar o fato, no meio de tantos outros, com forte dose de sensacionalismo. Um leitor mais atento e indignado busca uma análise mais profunda dos acontecimentos. O presente trabalho tem por objetivo contribuir com uma análise que aborda o caso dos refugiados numa perspectiva filosófica. Nesse sentido, o apelo à filosofia pode ser uma alternativa para compreender o problema, uma vez que ela tem como papel social pensar na *praxis* os mais sérios conflitos ou contradições que afligem a vida humana no processo histórico. Como dito por Adorno e Horkheimer (1985, p. 114), a filosofia “é a voz da contradição”.

Assim, cabe indagar: O que a filosofia tem a dizer acerca dos refugiados? O trabalho recorre ao procedimento metodológico de análise de conceitos a partir de fontes bibliográficas prioritariamente do campo da filosofia. A busca por uma visada filosófica sobre os refugiados requer, necessariamente, a opção por um arcabouço conceitual próprio da tradição filosófica que nos ofereça elementos para pensar esse problema. A opção por uma abordagem do problema reconhece que há outras

leituras relevantes, e que o cuidado aqui é evitar a generalidade e a superficialidade no trato da questão.

Assim, essa opção é a que melhor se coaduna com o espaço disponível para discussão no formato de artigo, sendo também mais condizente com o trabalho do professor na graduação ou no Ensino Médio que busca subsídios para trabalhar a temática em sala de aula. Nessa perspectiva, adotamos como referencial específico para embasar essa discussão o pensamento de Adorno, especialmente sua obra intitulada *Educação e emancipação* (2003).

Retomamos a provocativa pergunta orientadora das reflexões neste trabalho: A filosofia tem algo a dizer acerca dos refugiados? Podemos desdobrar a problematidade do assunto exposto na pergunta que está nos conduzindo. Assim, como provocação, podemos criar outras indagações acerca da própria pergunta, bem como pensar outras perguntas que nos levem ao problema do pensar os refugiados na filosofia: os refugiados têm algo a dizer acerca da filosofia? Ou ainda: os refugiados têm algo a dizer aos filósofos? Ou é possível filosofar como refugiado? E, ainda, o que é o refugiado?

Essa experiência de questionamentos pode ser ampliada com outros recursos. Para pensar a experiência dos refugiados, recorreremos ao poeta Muralha no seu poema “Os olhos das crianças”, título esse que, nesta ocasião, pode ser adaptado para “Os olhos dos refugiados”. Procuramos caminhar pelas pegadas do poeta como um apoio para pegar o caminho do filosofar:

Atrás dos muros altos com garrafas partidas / bem atrás das grades do
silêncio imposto / as crianças de olhos de espanto e de medo transidas
/ as crianças vendidas alugadas perseguidas / olham os poetas com
lágrimas no rosto.

Olham os poetas as crianças das velas / mas não pedem canções mas
não pedem baladas / o que elas pedem é que gritemos por elas / as
crianças sem livros sem ternura sem janelas / as crianças dos versos que
são como pedradas. (2002, p. 97).

O poema remete ao mundo do refugiado, permitindo falar dos diversos aspectos desse drama vital de quem é obrigado a fugir (de sua casa, comunidade, país) para sobreviver. Os muros da intolerância e exploração, as grades do silêncio imposto que impedem sua voz de ser

ouvida, o espanto e o medo de quem é reduzido à condição de mercadoria, enfim a perseguição para dominar e oprimir. Pensemos um pouco no verso: “O que elas pedem é que gritemos por elas”, indagando-nos: Quais são os gritos dos refugiados? Pode o filósofo atender ao pedido dos refugiados? Como “gritar por eles”? Quais gritos ouvimos dos refugiados e o que eles nos fazem pensar?

Vamos fazer uma digressão a título de traçar um quadro do problema. Num primeiro momento, podemos recordar da imagem de crianças refugiadas, de barcos em alto-mar lotado de pessoas, de trens abarrotados de pessoas, de longas filas de andarilhos rumo a outro país, de cidades sendo destruídas pela guerra, de gigantescos acampamentos improvisados para abrigar os sem-terras, casa e pátria, de cercas e batalhões do Exército impedindo a passagem dos refugiados. Num segundo momento, de forma empática com a experiência dos refugiados, indagamos: Qual é o grito dos refugiados? Eis algumas vozes que ecoam da experiência de barbárie: “Estou com fome.”, “Estou com medo.”, “Estou cansado.”, “Vamos morrer.”, “Mãe, vamos para casa?”, “Pai, não me deixe”, “Dói muito”. “Por que estamos nessa, pai/mãe?” “Por que eles tratam a gente dessa forma?”, “Onde vamos?”, “O barco vai afundar”. “Mãe, socorro!”, “Quero viver”, “Chegaremos?”, E qual o significado desses gritos? O grito é o limite do sofrimento humano, um último respiro da vida pedindo socorro, resistindo, esperando a solidariedade na luta pela dignidade humana. Um grito que não se cala mesmo com a morte do refugiado, pois ele ecoa nos corpos sem vida.

O que dizem os corpos sem vida – que seja um, mas são milhares – encontrados boiando em alto-mar ou na areia das praias, no interior de um contêiner ou de um caminhão frigorífico, numa vala de enterro coletivo ou mesmo dormindo ao relento? Estas práticas feitas por alguns contra os outros expressam o grito de desumanidade, da barbárie viva. E um desafio para pensar o enfrentamento do problema.

Um passo importante nessa análise é compreender o problema dos refugiados numa perspectiva oficial, tomando como referência o trabalho das Nações Unidas e artigos que abordam a questão. Podemos começar pela definição de refugiado no *site* dessa instituição. A definição está num documento oficial chamado “Convenção de Genebra de 1951”, que foi reformulada pelo Protocolo de Ratificação de 1967 que considera refugiado toda pessoa que

devido ao bem-fundamentado temor de ser perseguida por motivo de raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país (UNHCR, 2010, p. 14, tradução nossa).

A condição de refugiado se instaura quando há uma crise de humanidade em relação aos direitos humanos que ameaça a vida e/ou a liberdade. Explicitando melhor essa análise, o estudo de Muller nos diz que

o reconhecimento de refugiados de um determinado país é condicionado pela detecção de uma “crise humanitária” gerada por conflitos armados, violações sistemáticas de direitos humanos, instabilidades políticas, etc., que justifiquem alegações de “fundado temor de perseguição”. A noção de crise humanitária, aqui, se refere não necessariamente ao estado de vulnerabilidade das pessoas afetadas, mas à insuficiência do próprio Estado como ator regulador dos fluxos migratórios. A noção de refugiado aparece, assim, quando há uma “crise” de reconhecimento do Estado tanto pelas pessoas deslocadas quanto pela comunidade internacional, que aciona mecanismos de cooperação e ajuda para a reconstrução de sua capacidade de atuação. (2013, p. 234).

Nessa perspectiva, a análise destaca o caráter ético e político, levando a inferir que a crise humanitária é uma crise ética e política.

Navegando pelo *site* das Nações Unidas (ACNUR, 2016), encontramos dados alarmantes que indicam a existência, de forma reconhecida pelo Estatuto das Nações Unidas, de mais de 65.3 milhões de refugiados no mundo. A quantidade de refugiados é muito maior se levarmos em conta as pessoas na condição *de não declaradas* ou *clandestinas*. Segundo relatórios das Nações Unidas, o número de refugiados vem aumentando: a média de seis pessoas refugiadas a cada minuto em 2005 passou para 24 neste ano de 2016.

O estudo de Agier (2003) analisa os refugiados sob o prisma da associação entre guerra e ajuda humanitária. Destaca três contradições que mostram a gravidade da situação de refugiado. Primeiro, o crescimento da modalidade de guerra urbana ou violência coletiva que utiliza da própria população civil como alvo voluntário ou refém ou, ainda,

atingindo-a pelos efeitos colaterais inevitáveis. A guerra destrói as casas, os lares, os serviços públicos básicos, a cultura e cria situação de medo, desespero e horror diante da morte, mutilação dos corpos e destruição dos serviços básicos. Nesse caso, a alternativa para as populações civis é a fuga antecipada, quando possível antever a tragédia da guerra, ou tendo sobrevivido a essa, sair em busca de socorro em outras cidades. Segundo, contraditoriamente ao promover a guerra, promove-se também um tratamento *humanitário* que representa controle e cuidados:

O princípio do *care, cure and control* aplica-se idealmente nos campos de refugiados, que são dispositivos policiais, alimentares e sanitários eficazes para o tratamento das massas vulneráveis. Se ali as vítimas são mantidas num mínimo de vida, isto é, segundo normas nutricionais de simples sobrevivência, elas também estão sob controle. (AGIER, 2003, p. 198).

Em terceiro lugar, refugiado é colocado em isolamento e submetido a tratamento arbitrário nos sítios humanitários:

Os sítios humanitários situam-se nas margens, afastados dos locais de vida comuns, nos limiares da vida social e da vida, simplesmente. [...] Com a constituição dos terrenos do humanitário como espaços de exceção, como não-lugares, a história política recente fez nascer uma categoria mundial de sem-lugar e sem-direitos. (AGIER, 2003, p. 199).

Nesse caso, o caráter de espaço de exceção destes *terrenos humanitários* gera uma espécie de relação arbitrária dos agentes das organizações humanitárias que permite a continuação da exploração dos refugiados em práticas como exploração sexual de refugiados, especialmente das mulheres menores de idade, trabalho forçado ou simplesmente escravidão, uso das massas de refugiados como instrumento de pressão nas relações geopolíticas, etc. A condição de “sem-lugar e sem direitos”, vivendo no limiar da sobrevivência, sem o mínimo que caracteriza uma vida digna como alimentação, tratamento médico, educação, segurança, emprego, expectativa de futuro podemos caracterizar como experiência de barbárie.

A regressão à barbárie e sua implicação para educação foi uma das inquietações mais profundas de Adorno. Essa é a clareira que

perseguiremos a partir de agora, convidando para adentrar na leitura do texto deste filósofo, intitulado, “Educação após Auschwitz” no livro: *Educação e emancipação* (2003). A análise propõe compreender a problemática dos refugiados a partir do conceito de Auschwitz, dentre outros elaborados por Adorno. A máxima adorniana para a educação cabe tanto para os fins como para os meios dessa prática: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”. Um pouco adiante, o autor explicita o que chama de Auschwitz: “Milhões de pessoas inocentes – e só o simples fato de citar números já é humanamente indigno, quanto mais discutir quantidades – foram assassinadas de uma maneira planejada.” (ADORNO, 2003, p. 120). Qual é o impacto dessa denúncia de Adorno? Compreendemos que a reflexão do autor significa nada menos do que a criação do conceito de Auschwitz como razão bárbara ou a razão a serviço da barbárie. Auschwitz é o planejamento da morte, implica a intenção deliberada de eliminar o *outro*, criando racionalmente a indústria da morte. É sustentada por uma ciência da raça que discrimina a superior a ser preservada e a inferior a ser eliminada, considerada uma ameaça à outra. Essa ciência da raça, amparada numa política totalitarista, arregaça todas as demais ciências, a produção de tecnologia e a criação da indústria intencionalizada para a morte. Auschwitz é a sedução ao crime. Como pode esse conceito adquirir consenso numa sociedade? Será que não estamos a serviço de Auschwitz? Será que Auschwitz continua se repetindo? Como pode a regressão à barbárie atingir milhares de pessoas em pleno mundo dito civilizado como é o caso dos refugiados? Auschwitz é a regressão à barbárie, o que representa a real possibilidade de deseducação humana pela sedução ao projeto da morte deliberada.

Nessa caminhada, uma trilha assombrosa que pode nos leva a pensar causas desse problema é o projeto de Hitler acerca da educação do novo *Reich* com sua declarada intenção militar: “Toda educação ministrada por um Estado nacional deve visar principalmente não a encher a cabeça de sapiência, mas formar um corpo fisicamente sadio até a medula”. (HITLER apud CAMBI, 1999, p. 579). Nas escolas do regime, a formação cultural é enfraquecida, e a educação física prioritária vem acompanhada da ideologia da raça, da competição e preparação para a guerra. Cambi, em seu tratado de pedagogia, traça o seguinte perfil acerca dessa educação totalitária:

No sistema formativo nazista, o que aparece em primeiro plano é o “condicionamento a todo custo” (como foi definido) por parte do Partido-Estado, de aberta manipulação e de conformação forçada que o identificam como o caso extremo (e mais brutal, mas também mais orgânico) de modelo educativo-totalitário. (CAMBI, 1999, p. 580).

O modelo educativo totalitário cria uma educação para a barbárie em dois sentidos: por um lado, visa a eliminar aqueles que não se enquadram nos parâmetros de um sistema apoiado na racionalidade científica e, segundo, os gestores da eficiência desse sistema perdem sua liberdade pelo condicionamento, manipulação e conformação. É oportuno ressaltar a visão de Adorno acerca do procedimento totalitário: “É a propaganda, a manipulação racional do irracional constitui um privilégio dos totalitários”. (ADORNO, 2003, p. 47). Essa breve menção à educação nazista evidencia uma das bases de sustentação de Auschwitz. Essa questão da ideologia, da propaganda, da manipulação é um aspecto crucial para entender o caso dos refugiados.

Auschwitz existe nos mais diversos contextos e sob diferentes formas. Ela tem muitos nomes, como salienta Adorno, ao comentar o genocídio dos armênios e a própria bomba atômica. Nesse caso, encontramos Auschwitz em nossa própria história e na realidade cotidiana: escravidão, extermínio indígena contínuo, Canudos, Guerra do Paraguai, presídios superlotados, chacinas de jovens, sobretudo negros, nas periferias das grandes cidades, condição da mulher (inferioridade salarial, violência de toda ordem), prioridade às empreiteiras em negação ao direito dos professores, comunidades inteiras atingidas pela lama tóxica das mineradoras em Minas, ameaças de fechamento de creches, escolas, hospitais e aumento de presídios, aprovação de leis que inibem o uso de recursos públicos para os serviços de base da sociedade, tentativa de reformular o sistema de ensino sem considerar o debate que historicamente vem se desenvolvendo na direção de aperfeiçoamento educacional tendo em vista privilegiar interesses privados de mercantilização da educação e uma lista sangrenta de horrores patrocinados por políticas governamentais autoritárias e a serviço da concentração de renda. Estamos diante do que é desesperador na civilização. O grito dos refugiados acorda nossa consciência e pode abrir nossos olhos à necessidade de solidariedade: estamos todos no “mesmo barco”. Assim, não podemos olhar o problema como algo distante de nós, algo que não nos afeta ou não interessa ou mesmo que, em certa

medida, não sejamos responsáveis. Diz Adorno: “Isto não pode ser minimizado por nenhuma pessoa viva como sendo um fenômeno superficial, como sendo uma aberração no curso da história, que não importa, em face da tendência dominante do progresso, do esclarecimento, do humanismo supostamente crescente.” (ADORNO, 2003, p. 120). E, na sequência de sua reflexão, é necessário destacar o movimento de resistência contra Auschwitz. Para isso, o autor considera necessário buscar as raízes de sustentação de Auschwitz que está nos perseguidores e não nas vítimas. Diz Adorno:

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. (2003, p. 121).

A crítica de Adorno, amparado em Freud, identifica como a barbárie se origina e se fortalece como elemento anticivilizatório do próprio processo civilizatório, guiada por sistemas sociais e políticos autoritários. Esse sistema age como “tendência social imperativa” da desagregação, de sedução ao crime, de não emancipação, abaixo da superfície civilizada e ordenada destroçando os sujeitos, sua capacidade de resistência, sua identidade e a perda de suas qualidades. Nessa direção, Adorno oferece uma chave de leitura importante para o caso dos refugiados na medida em que expõe o lado sangrento do processo civilizatório. Auschwitz pode ser um barco à deriva, barracas em terreno humanitário, cercas ou muros na fronteira, exército combatendo com poderosas armas, massa faminta, longas distâncias a percorrer em busca da sobrevivência. Nessa linha de reflexão, podemos fomentar o questionamento acerca de como os sistemas autoritários são geradores de movimentos de refugiados.

Associamos a experiência dos refugiados a Auschwitz. Assim, o conceito Auschwitz se mostra potente, intenso para falar dessa experiência de desumanização ou de barbárie e como ela deve ser colocada como prioridade num projeto de educação voltado a desbarbarizar ou humanizar. Diante dessas forças causadoras de barbárie, Adorno (2003) propõe uma exigência geral à educação como contradição e resistência. Em suas palavras:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disso, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes. (ADORNO, 2003, p. 123).

E qual é a questão acerca da Educação Infantil? Nesse ponto, caberia uma discussão mais detalhada sobre educação para a emancipação, problema mundial, cujo início deveria acontecer desde o começo da educação das crianças. Adorno adota o pressuposto kantiano de uso da razão, como capacidade de servir-se do entendimento para o próprio esclarecimento, como base para a emancipação ou para a vida democrática. Razão circunspecta sobre si para não ser bárbara, mas emancipadora. Nessa perspectiva, a educação das crianças deveria romper com o “estilo totalmente autoritário de educar” (ADORNO, 2003, p. 174), por uma experiência de pensamento como processo de interação com a autoridade por meio do qual se descobre a identidade e se constrói a autonomia. Nessa educação, deveria ser superada a desigualdade de classes por meio da aprendizagem num contexto de experiências diversificadas com o *outro*. Para o autor, somente a emancipação como procedimento permanente, ou educação permanente, poderia conduzir o processo civilizatório para a democracia como forma de resistência ao princípio de Auschwitz.

Um passo importante nessa caminhada é indagar acerca da própria formação docente: a experiência na escola foi de uma educação emancipadora ou autoritária? Em que medida esse processo interfere nas práticas atuais dos docentes? O professor pode fazer um estudante ser um refugiado? Quais são nossos gritos como estudantes ou professores? Em certa medida, a sala de aula não pode ser análoga a um acampamento de refugiados ou a um barco de refugiados, vagando em alto-mar? Existe alguma garantia de se chegar ao destino? Enfim, nossas experiências educativas estão voltadas ao crescimento humano ou reproduzem a barbárie?

Voltemos ao texto de Adorno. Em seguida, seu estudo analisa com mais detalhes essa raiz que pode gerar a barbárie, ou seja, as estruturas de autoridade que impedem a liberdade, forjando uma “identificação cega com os coletivos”. Adorno explicita essa dimensão do conceito de Auschwitz: “simboliza a dominação do coletivo objetivado sobre o

individual e do abstrato formal sobre o concreto empírico”. (ADORNO, 2003, p. 25). O autor alerta à própria contradição da condição social em que vivemos que continua sendo heterônoma, isto é, as pessoas estão sujeitas às forças sociais e impedidas de existir por suas próprias determinações.

Diz o autor: “Considero que o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização”. (ADORNO, 2003, p. 127). Para o autor, esses coletivos infringem sofrimento, dor física, como é o caso das primeiras e de muitas outras experiências que fazemos na própria escola. Além disso, o ideal de severidade e servilismo da educação tradicional impõe uma forma de enquadramento no coletivo por meio da imposição de regras, ameaças, sanções e premiações. Nesse caso, segundo Adorno, o enquadramento no coletivo leva à dissolução o ser autodeterminado, convertendo-se em coisa e tratando os outros da mesma forma. Resulta dessa heteronomia o que ele chama de “caráter manipulador”, aquele que tem “consciência coisificada”, incapaz de fazer experiências e com traços de incomunicabilidade.

Explica o autor: “O caráter manipulador [...] se distingue pela fúria organizativa, pela incapacidade de levar a cabo experiências humanas completas, por certo tipo de ausência de emoções, por um realismo exagerado.” (2003, p. 129). O caráter manipulador impede as pessoas, especialmente os jovens com quem estamos trabalhando, de ter experiências educativas ou formativas. Na explicação de Adorno, “a perda da capacidade de fazer experiências formativas não é um problema imposto de fora à sociedade, acidental, e nem é provocado por intenções subjetivas, mas corresponde a uma tendência objetiva da sociedade, ao próprio modo de produzir-se e reproduzir-se da mesma”. (2003, p. 26). O autor nos faz um alerta sobre a radicalidade desse efeito manipulador que ilude nossa própria percepção e pode nos deixar na condição de ignorante feliz: “Os sentidos já estão condicionados pelo aparelho conceitual antes que a percepção ocorra”. (2003, 1985, p. 83). Assim, se a própria percepção está condicionada ao efeito manipulador, como libertar-se dele?

Diante desse quadro, o autor explicita a necessidade de uma educação emancipadora no contraponto da deseducação: “O único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, para usar a

expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não-participação”. (2003, p. 125). Para esse estudioso, a educação emancipadora se concretiza na postura crítica, na contestação e na resistência às estruturas autoritárias. (2003, p. 183). A educação requer uma formação política e cultural que crie as possibilidades para o exercício livre, autônomo e soberano do pensamento sobre a *práxis*. Ela é um caminho necessário à emancipação individual e à social. Nesse sentido, um dos trabalhos básicos numa educação emancipadora é a “elaboração do passado como esclarecimento”. (2003, p. 48).

Esse processo requer, necessariamente, reflexão crítica acerca da história e se contrapõe a uma educação centrada na transmissão de conteúdos. O distanciamento crítico como forma de esclarecimento acerca do condicionamento do passado nos leva a compreender a emancipação como um processo histórico, político e cultural, evitando que o contexto presente seja tomado como natural, e que a única possibilidade seja a de se adaptar a ele pelo seu poder de determinação social inerente à realidade. A emancipação não é possível sem essa referência à história que permite compreender a necessidade de lutar para que a barbárie não se repita e oferece luzes para conduzir criativamente a experiência presente, buscando alternativas à barbárie.

A emancipação implica a libertação pela reflexão crítica sobre os condicionamentos históricos e a participação ativa do homem na história de seu povo, intencionalizando racionalmente seu agir e evitando retroceder à barbárie. A emancipação permite à consciência fazer escolhas evitando as formas de alienação como a barbárie do massacre, do horror, do holocausto, do apelo à violência ou a formas de governo autoritárias e da negação da razão. Nesse sentido, é sintomática a manifestação de certos movimentos de protesto diante da crise econômica que reivindica o retorno do regime dos militares. Essa é uma força que vem ganhando terreno na mídia e que denuncia um sistema educativo que não conseguiu fazer a elaboração da barbárie em nossa história, especialmente da ditadura militar nas décadas de 60 e 70 do século passado. Abre-se um campo interessante de estudos para tomar uma posição crítica diante desse período de totalitarismo por meio da análise das práticas de barbárie e de como esse vem sendo trabalhado na educação.

Cabe ainda ressaltar a relação que Adorno estabelece entre a emancipação e a democracia: “Uma democracia não deve apenas funcionar, mas sobretudo trabalhar o seu conceito, e para isso exige

pessoas emancipadas. Só é possível imaginar a verdadeira democracia como uma sociedade de emancipados.” (2003, p. 183). Nessa perspectiva, a condição de possibilidade de uma democracia é o exercício do pensamento livre e rigoroso no sentido de se servir de seu próprio entendimento como forma de orientar a *práxis* social. A democracia é subtraída quando as pessoas são impedidas de se servir de seu próprio entendimento e estão sob a tutela de outrem, podendo ser conduzidas à barbárie. Democracia é o antídoto a Auschwitz. Para que Auschwitz não se repita, é necessário que a prática democracia se realize. A prática democrática só é possível por uma educação democrática operando contra a lógica de Auschwitz. Para isso a educação deve necessariamente voltar-se à formação da “autorreflexão crítica”. (ADORNO, 2003, p. 121). Ressaltamos que a educação é condição para continuamente trabalhar o próprio conceito de democracia como forma de atualizar permanentemente o projeto emancipador subjacente à própria democracia em confronto com a tendência que nega a democracia e opera pelo retorno do poder totalitário. Sem cair num absolutismo contrário ao pensamento adorniano, poderíamos estabelecer uma relação de equivalência entre a exigência de mais educação reflexiva crítica como condição para mais democracia.

Nesse entendimento, mais democracia tem como exigência oferecer condições para se ter mais educação. No limite da reflexão, poderíamos compreender que a democracia é formadora como prática emancipadora, e a educação é uma prática genuinamente democrática. Essa reflexão é basilar para enfrentar tentativas totalitárias como a do projeto que se quer impor da “escola sem partido” que pretende transformar salas de aula em campos de concentração visando a formar a mão de obra servil aos interesses do mercado. Nenhum professor pode se furtar desse debate com seus alunos em sala de aula.

Ressaltamos a dimensão democrática: “Uma democracia não deve apenas funcionar, mas sobretudo trabalhar o seu conceito, e, para isso, exige pessoas emancipadas.” Isso porque a democracia está sempre sendo ameaçada pelas forças anticivilizatórias. Há sempre novos desafios que a democracia tem de enfrentar. O caso dos refugiados é um deles. Podemos indagar: pode uma democracia resistir diante da avalanche de refugiados, especialmente quando esses carregam uma experiência formativa totalitária? Como a democracia poderá enfrentar regimes políticos totalitários causadores de barbárie humana na forma de refugiados? Além disso, pode a democracia enfrentar outros totalitarismos numa ordem

global como o da tutela da mercadoria no sistema capitalista? É possível que a democracia combata e supere esse sistema? Não é ele que oferece condições de bem-estar social para uns à custa da exploração da massa de trabalhadores?

O caminhar até esse ponto percorreu a trilha do pensamento de Adorno composta por uma rede de conceitos que permitem compreender os refugiados como experiência de barbárie. Reconhecemos o limite deste trabalho na exploração de outros conceitos relevantes do autor na crítica ao capitalismo como “razão instrumental”, “semiformação”, “cultura repressiva” ou “indústria cultural”, dentre tantos outros. Neste trabalho, procuramos ver o que a filosofia adorniana tem a dizer acerca dos refugiados focando-nos no conceito de Auschwitz. A análise buscou compreender que os refugiados são a comprovação da vigência do sistema de Auschwitz: o autoritarismo e a repressão como formas violentas, desumanizadoras e, assim, deseducativas, continuam a se repetir. Essa filosofia aponta a uma saída que é a educação como emancipação, como resistência, como experiência humana permeada pelo pensar reflexivo e crítico acerca dos problemas da *práxis*.

Destacamos a necessidade de ampliar a abordagem do problema dos refugiados como um problema complexo e de caráter multidisciplinar. A experiência de pensar filosoficamente o problema pode se somar a outras perspectivas do pensar como o artístico, o histórico, o geográfico, o lingüístico e o matemático.

Caracterizamos a existência do paradigma educacional tradicional como uma experiência deseducativa porque reduz essa capacidade de pensar e de fazer experiências, uma vez que a autoridade pedagógica exige capacidade de memorização em função de interesses externos ou futuros, longínquos e distantes de experiências dos estudantes. É parada do crescimento porque não desenvolve as capacidades de enfrentamento dos problemas reais dos educandos, que são os problemas de fundo de sua sociedade.

A condição de refugiado no mundo, hoje, reproduz a experiência deseducativa da barbárie, limita a possibilidade de crescimento das pessoas, de sua identidade cultural e da prática democrática. Os próprios sistemas ditos democráticos podem reverter seu curso para experiências deseducativas na medida em que se fecham e usam da força para a exclusão. É tempo de olhar as contradições da realidade dos refugiados para não submergir no “mesmo barco”. Como problema complexo,

interligado nas tramas da história e da cultura, os refugiados são a ponta do *iceberg* que pode levar ao naufrágio todo o projeto de humanização do mundo.

Na perspectiva de Adorno, uma pedagogia democrática se funda na reflexão crítica, no processo e na elaboração do passado e dos acontecimentos de nossa história. Ela é caminho para o esclarecimento, a autonomia e a emancipação. É a resistência a Auschwitz, a redução da barbárie, ao totalitarismo, ao caráter manipulador, ao fetiche da técnica, à consciência coisificada, reificada. Educação como emancipação permanente requer a realização de experiências em que a autoridade se conjuga com liberdade, esclarecimento e *práxis* democrática.

Identificamos a experiência dos refugiados com a experiência de barbárie e a alternativa contraposta como experiência de emancipação pessoal e social ou experiência democrática. Essa não pode reproduzir aquelas e, para evitar essa regressão, deve estar aberta à análise de suas contradições e superação crítica. A democracia é uma possibilidade de elaboração da barbárie, é a possibilidade dos refugiados de elaborarem sua experiência de sofrimento. Por isso, ela deve ser um espaço do acolhimento, solidariedade, de garantia dos direitos e, em especial, do acolhimento das diferenças. Essa é a prova de vitalidade da democracia e da emancipação: dar voz às diferenças como possibilidade de crescimento pessoal e social, evitando a universalização de Auschwitz.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2003.

ACNUR. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Geneva: UNHCR, 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Edunesp, 1999.

MULLER, Paulo Ricardo. Noções de solidariedade e responsabilidade no campo da cooperação internacional para a proteção de refugiados. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU*, Brasília, ano XXI, n. 40, p. 229-244, jan./jun. 2013.

MURALHA, Sidónio. *Obras completas do poeta*. Lisboa: Universitária. 2002.

UNHCR. UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Convention and protocol relating to the status of published by refugees*. Geneva: UNHCR, 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c2aa10/convention-protocol-relating-status-refugees.html>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

Submetido em 18 de agosto de 2016.
Aprovado em 31 de outubro de 2016.